

**ROMS 112900-67.2004.5.07.0000 – Publicação: DEJT 25.02.2011**

**Relator Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho**

Recorrente: Vitória Serviços de Locação e Administração de Condomínios Ltda.

Recorridos: Ministério Público do Trabalho da 7ª Região e Município de Fortaleza Autoridade Coatora  
Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Fortaleza

**EMENTA : RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA - DEFERIMENTO ALÉM DOS LIMITES DO PEDIDO FORMULADO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROVIDÊNCIA ACAUTELATÓRIA - POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.** A concessão, pelo juízo de origem, de antecipação de tutela na ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, com a determinação de que a municipalidade não mais repassasse os créditos devidos à impetrante em relação a todos os contratos firmados, quer encerrados quer em andamento, e os depositasse em juízo, não envereda para o extrapolamento do pedido apontado pela impetrante, tampouco constitui ato ilegal, abuso de poder ou mesmo violação do direito líquido e certo da parte. Isso porque o juízo, com amparo no art. 798 do CPC e no seu poder geral de cautela, bem assim na confissão da impetrante naquela ação civil pública reconhecendo deter dívida trabalhista em montante superior aos seus créditos junto ao Município, imbuu-se de espírito acautelatório, visando à máxima garantia de exequibilidade dos créditos trabalhistas. Da mesma forma, não se há de cogitar, na espécie, em limitações do juízo ao pedido, porquanto a tutela cautelar tem conteúdo próprio, diverso do da tutela definitiva, considerando-se que seu desígnio não se dirige à satisfação do direito afirmado, mas às garantias que preservem a eficácia da sua certificação e sua futura execução. Na antecipação, coincide a providência a ser ordenada pelo juízo e a consequência jurídica resultante do direito material, o que significa dizer que os efeitos antecipáveis são os mesmos que se operariam caso o demandado espontaneamente se conduzisse segundo o ditame do direito material afirmado pelo autor. Consequentemente, não terá natureza antecipatória, mas sim cautelar, a providência que não puder ser identificada, no todo ou em parte, como coincidente com as do atendimento espontâneo do direito, ou seja, com as da realização natural da situação jurídica que o autor quer ver consolidada. Portanto, não se trata de julgamento *ultra petita*, exato pelo ato coator não se consubstanciar em sentença definitiva antecipatória do reconhecimento do direito material. **Recurso ordinário conhecido e desprovido.**